

Resistências urbanas: a ação tática como insurgência e sua presença no território periférico de São Paulo

Urban Resistances: the tactical action as insurgency and its presence in the peripheral territory of São Paulo.

Resistencias Urbanas: La acción táctica como insurgencia y su presencia en el territorio periférico de São Paulo.

Liliane Katita de Carvalho

Mestranda, USJT, Brasil
lilianekcarvalho@gmail.com

Maria Isabel Imbronito

Professora Doutora, USJT, Brasil.
imbronito@gmail.com

Maria Carolina Maziviero

Universidade Federal do Paraná
mcarolmaziviero@hotmail.com



RESUMO

A ação tática é uma ferramenta que se desdobra a partir de atividades voluntárias desenvolvidas coletivamente, que interfere na maneira de viver e apropriar-se da cidade. Comumente discute-se sobre as ações táticas e/ou insurgentes desenvolvidas nas regiões centrais das grandes cidades. No entanto, este artigo busca investigar como ocorre a organização dessas ações no território periférico, utilizando como estudo de caso o distrito de São Mateus, localizado no município de São Paulo. A partir do panorama das resistências urbanas e da construção histórica do distrito, observa-se a articulação das ações ali desenvolvidas como uma rede tática, transformando o território em um lugar de experimentação e resistência em diversas frentes. Tem-se como princípio o fortalecimento dos grupos autogeridos conhecidos por 'coletivos urbanos', que estabelecem uma discussão que relaciona a ação civil e a construção da cidade como formas de enfrentamento aos processos de desenvolvimento urbano neoliberal. A partir dessa análise, o trabalho investiga a ação coletiva como elemento tático do Distrito de São Mateus, demonstrando seu potencial na transformação do território a curto e longo prazo e, por consequência, na construção de novas formas de planejar e gerir o espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Ação tática, coletivos urbanos, periferia.

ABSTRACT

Tactical action is a tool that unfolds from voluntary activities collectively developed, which interferes with the way of living and appropriating the city. Tactical and/or insurgent actions developed in the central regions of large cities is usually discussed. However, this article aims to investigate how the organization of these actions takes place in the peripheral territory, using São Mateus district, located in the city of São Paulo, as a case study. From the historical construction of the district and its urban resistance, one can observe the articulation of the actions developed as a tactical network, transforming the territory into a place of experimentation and resistance on several fronts. It has as a principle the strengthening of self-managed groups known as 'urban collectives', which establish a powerful discussion that relates the civil action and the construction of the city as ways of coping with the processes of neoliberal development. From this analysis, the work proposes to understand collective action as a tactical element of the District of São Mateus, demonstrating its potential in the transformation of the territory in the short and long term and consequently in the construction of new forms of plan and manage urban space.

KEY WORDS: Tactical action, urban collectives, periphery.

RESUMEN

La acción tática es una herramienta que se desdobra a partir de actividades voluntarias desarrolladas colectivamente, que interfiere en la manera de vivir y apropiarse de la ciudad. Comúnmente se discute sobre las acciones táticas y/o insurgentes desarrolladas en las regiones centrales de las grandes ciudades. Sin embargo, este artículo busca investigar cómo ocurre la organización de esas acciones en el territorio periférico utilizando como estudio de caso el distrito de São Mateus ubicado en el municipio de São Paulo. A partir del panorama de las resistencias urbanas y de la construcción histórica del distrito, se observa la articulación de las acciones allí desarrolladas como una red tática, transformando el territorio en un lugar de experimentación y resistencia en diversos frentes. Se tiene como principio el fortalecimiento de los grupos autogeridos conocidos por 'colectivos urbanos', que establecen una potente discusión que relaciona la acción civil y la construcción de la ciudad como formas de enfrentamiento a los procesos de desarrollo neoliberal. A partir de este análisis, el trabajo propone comprender la acción colectiva como elemento tático del Distrito de San Mateo, demostrando su potencial en la transformación del territorio a corto y largo plazo y, por consecuencia, en la construcción de nuevas formas de planificar y gestionar el espacio urbano.

PALABRAS CLAVE: Acción tática, colectivos urbanos, periferia.

1. EXPERIÊNCIAS COLETIVAS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE

Tradicionalmente, a ação popular tem se potencializado através de experiências coletivas de luta e reivindicação. Ao observarmos as grandes cidades brasileiras, pode-se notar que estas ações historicamente são reconhecidas sobretudo através dos movimentos sociais urbanos. De acordo com Holston (2013), essa luta pode ser qualificada como uma ‘cidadania insurgente’, capaz de segmentar a configuração dos agentes atuantes no cotidiano urbano, potencializando vozes em diferentes perspectivas. Através da cidadania ativa e participação popular é possível interferir na construção de ferramentas e aparatos capazes de modificar a vivência do indivíduo no espaço urbano. No Brasil, as experiências coletivas apresentam uma história marcante. As conquistas advindas dessas lutas tornaram-se referências mundiais e serviram de alicerce para as ações coletivas observadas neste artigo. Por essa razão, apresentam-se a seguir, importantes eventos ligados às resistências urbanas brasileiras, observando sua relevância na construção do espaço e da cidade.

As problemáticas surgidas a partir do processo de crescimento e ocupação urbana das cidades brasileiras, durante o século XX, tornaram-se fatores propulsores para as insurgências reivindicatórias que lutavam pela transformação do espaço urbano e, pela melhoria da condição social das pessoas nas cidades brasileiras. Buscava-se encontrar formas de estabelecer mudanças sociais que pudessem diminuir as desigualdades promovidas pela herança do Brasil colonial, que se fundamentou principalmente na concentração de renda e de terras. Estes tornaram-se elementos estruturais para a compreensão do processo de formação desigual que se espalhou pelas cidades brasileiras, mais notoriamente, por seus territórios periféricos.

Dentro do contexto de resistência, estabelecendo um recorte a partir da década de 1960, pode-se destacar como caso de resistência urbana notória as propostas que culminaram nas “Reformas de Base”, anunciadas sob o governo do então presidente João Goulart. “As reformas de base abrangiam os campos fiscais e administrativos das áreas política, da educação, da saúde, do trabalho, entre outras” (MARICATO, 2014, p.140). Durante o governo de Goulart, defendia-se a ideia de uma maior intervenção do Estado na economia, além de recuperar como função do Estado o bem-estar social.

Naquele momento, as reformas de base garantiram forte apoio, a partir de movimentos populares organizados entre trabalhadores urbanos, rurais, universitários e outros. A reforma agrária e a reforma urbana eram as principais pautas das Reformas de Base em 1963, reflexo do aprofundamento da crise urbana e do desenfreado processo de urbanização das cidades brasileiras. Com a tomada de poder, através do golpe militar, houve no Brasil o estabelecimento de um regime ditatorial em 1964. Tais condições de governança fizeram com que os anos seguintes apresentassem uma série de limitações aplicadas pelo governo, que abrangiam inclusive os relacionamentos sociais. A partir disso, o encontro em espaços públicos tornou-se um sinal de ameaça ao regime político imposto. Assim, entre as décadas de 1970–1980, ocorreu certo arrefecimento da luta vinculada às questões urbanas.

Na cidade de São Paulo, simultaneamente ao período citado, pode-se destacar uma periferia em grande expansão demográfica e urbana. Podemos citar como exemplo o programa de habitação realizado no extremo da Zona Leste do município paulistano, que culminou na maior área de conjuntos habitacionais de interesse social da América Latina¹. Os conjuntos em questão acolheram boa parte da população migrante, além da população deslocada da região central da cidade, seja pela reestruturação proposta as habitações, principalmente os cortiços ou pelo alto preço dos aluguéis (ROLNIK, 1997).

Logo os conjuntos habitacionais foram cercados por domicílios irregulares, construídos em terrenos invadidos ou que não apresentassem condições ambientais favoráveis a sua ocupação. Este quadro se repetiu em outras regiões de alta vulnerabilidade habitacional. A periferia caracterizava-se, nesta ocasião, como um lugar de poucos recursos, desabastecido de investimentos em infraestruturas, com um alto índice de desemprego e uma alta taxa de violência fomentada pelo crime organizado.

A diminuição do crescimento econômico a partir de 1980, o desemprego massivo e o recuo das políticas sociais, conformaram um cenário de tragédia com a volta das epidemias, a emergência de uma violência até então desconhecida, o crescimento explosivo de favelas, a multiplicação de “menores infratores” e crianças abandonadas (MARICATO, 2014, p.97).

Com a crescente insatisfação ao regime ditatorial, ocorreram sucessivas manifestações de apoio e campanhas em favor de eleições diretas, que se tornaram significativas a partir de 1984. As reivindicações potencializavam a necessidade de se estabelecer uma sociedade democrática baseada na liberdade política. Estas ganharam repercussão no âmbito nacional, diante da grande pressão popular obtida pelo movimento “Diretas Já”. Houve a aprovação das eleições diretas às prefeituras e, posteriormente, à Presidência da República, decretando o fim da ditadura militar brasileira em 1985. Com isso, o país deu início a um longo processo de redemocratização, que consolidou-se com a promulgação de uma nova Constituição Federal em 1988.

Destaca-se, neste período, a luta pela inserção da emenda constitucional de iniciativa popular da Reforma Urbana, apresentada durante a Assembleia Nacional Constituinte em 1987 (MARICATO, 2014). Tratava-se de uma emenda de iniciativa popular, que abordava especificamente questões urbanas que envolviam o crescimento e desenvolvimento das cidades. Esta reivindicação já demonstrava a força das discussões das ações democráticas realizadas pelos movimentos sociais urbanos, no desenvolvimento das cidades, durante o período de redemocratização.

¹ A implantação dos conjuntos habitacionais no extremo leste de São Paulo desenvolveu-se durante a década de 1980. A área compreendida envolve o loteamento de diversos novos bairros e o adensamento de outros; entre eles, estão Cidade Tiradentes e Guaianazes.

Pode-se observar que, dentro do período de reivindicação desta emenda, as grandes metrópoles desenvolveram uma articulação social que envolvia não só os movimentos ligados a temáticas de habitação e direito à terra, como também entidades sindicais, líderes comunitários, integrantes de pastorais da igreja católica, associação de profissionais liberais como arquitetos e advogados, entre outros (MARICATO, 2014). Com o passar dos anos, a luta dos movimentos sociais ganhou força e realizou grandes conquistas na área de políticas urbanas. As reivindicações estabelecidas por estes movimentos sociais se refletiram em notáveis projetos políticos, servindo de referência para ações em todo o mundo (FERNANDES, 2013; HOLSTON, 2013). Um exemplo foi a aprovação do Capítulo II — Da Política Urbana, artigos 182 e 183 da Constituição Federal Brasileira de 1988, que culminou na promulgação do Estatuto da Cidade² em 2001.

Entretanto, a agregação das lideranças dos movimentos sociais urbanos em prol da luta pela redemocratização, na década de 1980 se dá, simultaneamente, ao um acirramento das condições de vida nos grandes aglomerados urbanos brasileiros. A recessão econômica somada a desindustrialização, a expansão das atividades terciárias, ao empobrecimento das camadas trabalhadoras, ao deslocamento de parte da classe média e a ampla difusão do crime acentuou a desigualdade em cidades como São Paulo. Ao longo dos anos 1970, a cidade experimentou um intenso processo de favelização que, passa a ser expressão espacial das desigualdades que marcam a sociedade brasileira. A taxa de crescimento da população favelada, por exemplo, entre os anos de 1973 e 1980 em São Paulo é maior que a taxa de crescimento do município neste período³.

Somado a isso, quando o racionalismo baseado na conceituação neoliberal atingiu o país, nos anos 1990, o Estado brasileiro aderiu à receita internacional de governo mínimo, dando maior espaço à ideologia e às políticas privatistas, além de moderar investimentos em infraestrutura ou em políticas de atendimento social (BRESSER-PEREIRA, 1996). Na escala das cidades, dada a conjuntura histórico-política brasileira, a entrada neoliberal e a abertura econômica acarretaram não só transformações no processo produtivo, no gerenciamento e organização do trabalho, mas, também no espaço construído, acentuando ainda mais os contrastes socioculturais. Para Dardot e Laval (2016), pode-se entender o neoliberalismo como uma racionalidade⁴, *“pois (o neoliberalismo) estrutura não só as formas de governança, como também a conduta dos governados, superando a ideia de fundamentá-lo apenas como uma política econômica”* (2016, p.17). Para os autores, trata-se de uma lógica que influencia as relações de poder em diversos aspectos da vida política, econômica e social, e que durante as últimas décadas, exerceu influência global atuando em diferentes escalas na sociedade.

² Lei Federal 10.257/01, sua aprovação fez o Brasil ser reconhecido como referência no avanço das questões urbanas por importantes órgãos internacionais tais como o UN-HABITAT | 2006 da ONU e o Cities Alliance.

³ Dados IBGE.

⁴ Para aprofundar-se no tema neoliberalismo como uma racionalidade ver mais em Dardot, P.; Laval, C. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. (São Paulo: Boitempo, 2016).

A partir da década de 1990, observam-se dados que indicam a chamada “falência da economia urbana”, expostos através da baixa arrecadação financeira das cidades. Dentro deste contexto, tem início a difusão de propostas de “reestruturação urbana” que apostavam na competitividade entre cidades, no ‘marketing’, produtividade e planejamento estratégico urbanos como meios de adquirir atração de capital, através da visão mercadológica das cidades (HARVEY, 1996; ARANTES, MARICATO, VAINER, 2000). Pode-se afirmar que, a partir disso, se estabelece nas grandes cidades uma nova cultura de política urbana, pautada em investimentos que buscam criar uma nova base econômica local. Buscando inserir as cidades no que comumente intitulou-se rede de “cidades globais”⁵.

Além disso, a virada neoliberal deu suporte à ação econômica informal, favorecendo a individualidade e o empreendedorismo através da facilidade de abertura de novos negócios e a contratação de mão de obra (GOHN, 1997). Com a expansão das ações políticas e sociais no Brasil, concomitante à revolução tecnológica e o uso das redes sociais, as articulações dos movimentos sociais urbanos passaram a apresentar ramificações que abriam espaços às novas frentes de discussões e reivindicações, especialmente nas periferias, de como ocupamos e vivemos a cidade. Essas articulações buscam modos de compreender como a lógica hegemônica pautada no racionalismo neoliberal afeta o território, e, pautam-se na contiguidade e solidariedade para constituir resistências frente a este contexto a partir do território habitado.

2. AÇÃO TÁTICA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Alocando o olhar sobre as novas formas de gestão e de intervenção que emergem no espaço intra-urbano, focando em territórios vulneráveis, coloca-se em pauta a crise da modernidade na gestão do território a partir de meados do século XX. Concomitantemente a este processo, insurgências urbanas e manifestações sociais contemporâneas buscam reestruturar, através de suas lutas, novos meios para o enfrentamento das problemáticas encontradas na vivência das cidades, consolidando-se, entre eles, o próprio Urbanismo Tático e outras ações desenvolvidas sob parâmetro conceitual semelhante.

Pode-se afirmar que, na última década, ações difundidas através do Urbanismo Tático foram potencializadas por conta do contexto de crise urbana global, que articulou componentes como “o rápido crescimento populacional, a reestruturação da produção industrial, a má adequação das infraestruturas físicas urbanas e a polarização das classes sociais” (BRENNER, 2016, p.1). Essas tensões, em conjunto, intensificaram a falta de representatividade política, culminando em inúmeros levantes reivindicatórios por diversas cidades do Brasil e do mundo que, potencializados pelo avanço da tecnologia e das redes digitais, criaram um contexto favorável a

⁵ *Cidades Globais* é um termo utilizado na caracterização de cidades que possuem grande influência global, tornando-se um espaço geográfico estratégico economicamente no que se refere a fluxos e informações no mundo globalizado. Obteve ampla divulgação a partir dos estudos da autora Saskia Sassen. Ver mais em SASSEN, 1998.

disseminação do Urbanismo Tático como solução paliativa às problemáticas urbanas resultantes dos períodos modernistas-estatistas e neoliberalistas.

Em São Paulo, pode-se observar alguns aspectos resultantes da utilização da racionalidade neoliberal na construção da cidade, principalmente ao analisarmos as vulnerabilidades empregadas aos territórios periféricos. Dentro do contexto de transformações da cidade, a resistência aos processos políticos sociais e econômicos estabelecidos também se diversificou. Torna-se importante destacar, nos anos de 1990, a chamada revolução da tecnologia da informação. Segundo Castells (2002), esta revolução é um evento histórico equiparável a primeira e a segunda Revolução Industrial, ocorridas nos séculos XVIII e XIX, respectivamente. O autor afirma que a revolução tecnológica estabeleceu um novo padrão nas bases da economia, sociedade e cultura, formalizando novos meios de produção, de divisão do trabalho e da comunicação, ambos condicionados por um amplo sistema de redes. Na comunicação, destaca-se o potente avanço das TIC's (Tecnologia da Informação e da Comunicação) que, através da extensão e utilização da 'internet', viabilizou o surgimento de sistemas de comunicação por meio de redes virtuais e via satélite, estabelecendo novas formas de relacionamento social e comportamental na sociedade.

Com o avanço da tecnologia, novas perspectivas foram inseridas nas relações sociais, e os territórios periféricos potencializaram sua identidade e rearticularam resistências que, além de continuarem reivindicando as pautas herdadas dos movimentos sociais urbanos, agregaram reivindicações que envolvem novas pautas da agenda urbana, força política e representatividade.

As "Jornadas de Junho", manifestações populares ocorridas em 2013, levaram milhares de pessoas a ocupar as ruas de diversas cidades brasileiras. Estas manifestações questionavam, principalmente, a atual forma de se fazer política, indicando a saturação do modelo representativo democrático formulado em um sistema verticalizado e centralizado que é, atualmente, a condição do Estado brasileiro. Nessa abordagem, as manifestações cumprem um papel duplo de reivindicação: a construção da própria ideia de representação e participação política, além das reivindicações das necessidades básicas.

Pode-se observar, a partir disso, um aumento nas diversas ações que discutem o modo de ocupar a cidade em São Paulo. E, observa-se também que, as ações táticas configuraram-se como ferramentas relevantes na articulação de parte considerável dessas intervenções. O aparecimento de novas pautas na agenda urbana inclui reivindicações, luta pelo direito de maior mobilidade, acesso aos "lugares" da cidade, melhoria dos espaços urbanos de uso coletivo, participação no direcionamento de investimentos, principalmente aqueles ligados à cultura e a arte, além de toda a pauta já tratada anteriormente dos movimentos de base (GOHN, 2013).

É importante notarmos que as lutas sociais formuladas durante a década 1960–1990 e apresentadas anteriormente não foram desconfiguradas. Elas persistem, e hoje, pode-se destacar nomes significativos quando nos referimos aos movimentos sociais urbanos, tais como o MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), MST (Movimento dos Sem Terra), MPL

(Movimento do Passe Livre) e tantos outros. Estas organizações apresentam um longo e consistente histórico na luta pela participação democrática e na construção de cidades que promovam maior equidade entre os seus habitantes. Contudo, pode-se afirmar que houve um desdobramento de suas pautas, pois, novas práticas de mobilização e reivindicação entraram no debate político. As atuais ações coletivas estão à frente de movimentos que debatem e reivindicam não só questões básicas para uma vida digna, mas a qualidade de vida, refletindo sobre o espaço público de uso coletivo como elemento integrador do processo de habitar a cidade.

Dentre as chamadas 'novas práticas', várias ocorrem no interior de movimentos já existentes, com a incorporação de novas temáticas e formas de organização e comunicação. Não se pode esquecer, contudo, que as 'novidades' convivem com as 'continuidades', motivo pelo qual os movimentos podem ser entendidos como objeto/sujeito privilegiado de atores e práticas sociais que assim como as identidades, estão em contínua reinvenção (GOHN; BRINGEL, 2012, p.12).

Além da inclusão dos valores individuais e coletivos na produção da cidade, considerando suas diversas faces de arte e identidade, as atuais ações têm como herança dos movimentos sociais urbanos a força política e a importância da sua representatividade. Os novos desafios relacionam-se à transformação da dinâmica do espaço público, constantemente ameaçado de apropriação privada por uma lógica de construção baseada nos processos neoliberalistas. Observa-se que as reivindicações se complementam: não se trata de descartar nem de sobrepor as pautas que foram construídas historicamente, e sim, de fortalecer novos diálogos, incorporando outros aspectos do processo de construção da cidade e da cidadania que refletem os tempos atuais (GOHN, 2013; HARVEY, 2014; VAINER, 2013).

Os movimentos sociais urbanos contemporâneos veem apresentando diferentes exemplos de possíveis elementos paliativos ao modelo de intervenção urbana clássica. Através de ações coordenadas e ativas, a questão do direito à cidade ganha novos aspectos e formas e, a própria cidade ganha novos atores que potencializam os movimentos sociais urbanos contemporâneos, colaborando e intensificando as transformações no espaço urbano.

Para entender a produção tática como um elemento integrador das relações estabelecidas no território de estudo, considera-se, neste artigo, o termo ação tática como ações pontuais, de baixo custo e de curto prazo, conhecidas por Urbanismo Tático ou "urbanismo de guerrilha" (LYDON, GARCIA, 2000; PETRESCU, 2013). As ações táticas são promovidas através de grupos autogeridos, organizados de modo flexível e anárquico, mobilizados de baixo para cima, conhecidos atualmente por 'coletivos urbanos' (MAZIVIERO, 2016). São capazes de fomentar intenções e/ou ações políticas que interferem em questões da cidade, sejam elas urbanas ou sociais, além de fomentar a promoção de mudanças positivas na maneira de viver as ruas, os bairros e as cidades.

Estas iniciativas apresentam diversas características. Destaca-se a oposição às formas de planejamento tradicionais, realizada principalmente através da proposição das intervenções urbanas idealizadas coletivamente, sem um controle governamental e de forma horizontal. Estas ações possuem uma visão participativa capaz de reunir indivíduos e grupos a uma causa em comum, compondo uma frente de mobilização que se dispõe a resolver ou mitigar problemas urbanos (BRENNER, 2016). O espaço urbano passa a ser entendido como um local de experimentação, onde torna-se possível ressignificar sua condição através da ação coletiva. “A cidade real — interpretada como campo para experimentação — é um espaço construído a ser revelado, passível de ação local.” (ROSA, 2011, p. 14). Vinculam-se as necessidades locais e o interesse coletivo no desenvolvimento de uma espacialidade que se sobrepõe àquelas projetadas pelo planejamento urbano tradicional ou que resultam de legislações urbanas enrijecidas. As táticas também:

Podem ser vistas como microrresistências urbanas – têm o objetivo de ocupar, apropriar-se do espaço público para construir e propor outras experiências sensíveis e, assim, perturbar essa imagem tranquilizadora e pacificado do espaço público que o espetáculo do consenso tenta forjar (JACQUES, 2011, p.172).

A análise destas ações promove uma potente discussão que relaciona a ação civil e o movimento democrático de construção da cidade junto às novas formas de enfrentamento dos processos de desenvolvimento da racionalidade neoliberal. Tem-se como contexto favorável à insurgência deste tipo de ação a insuficiência do atendimento das instituições públicas, promovendo crises de governança e de representatividade; e o alto crescimento populacional e polarização das classes sociais, intensificando a formação de habitação precária, a queda na qualidade de vida e o crescimento desigual das cidades (BRENNER, 2016).

3. DISTRITO DE SÃO MATEUS: INSURGÊNCIA DE UMA REDE TÁTICA

O distrito de São Mateus fica localizado na Zona Leste da cidade de São Paulo, compondo a parte da franja periférica sudeste da cidade. É dividido em três subdistritos: São Mateus, São Rafael e Iguatemi. Este distrito faz divisa com os municípios de Mauá, Santo André e Ferraz de Vasconcelos e, dista aproximadamente 20 quilômetros da região central da cidade de São Paulo. Pode-se afirmar que a região de São Mateus cresceu conforme o padrão periférico de expansão urbana⁶ tendo como característica a dificuldade da maior parte dos moradores em encontrar formas de acesso à moradia e infraestruturas básicas. No entanto, é possível afirmar que este distrito, desde o início de sua formação, manifesta um comportamento singular quando se

⁶ Ver DAVIS, 2006.

refere às ativas ações políticas dos moradores, tanto no enfrentamento das dificuldades e necessidades encontradas, quanto na angariação de apoio e visibilidade para as resistências culturais, sociais e políticas que ali foram e são empregadas⁷.

Este processo embasou reivindicações que culminaram em um melhoramento significativo das questões urbanas e sociais da região, partindo do poder de cooperação entre os indivíduos que estavam envolvidos com a mesma causa. Atualmente, as ações desenvolvidas no Distrito tornaram-se referências, na região da Zona Leste, apoiando a estruturação de iniciativas semelhantes. Tais ações, abordam questões que ajudam no desenvolvimento cultural e social da área, como por exemplo, o cultivo de hortas e alimentos orgânicos, o desenvolvimento de arte e pintura através de murais a céu aberto (figura 1) e a mobilização comunitária (figura 2).

Figura 1 – Mapeamento dos coletivos



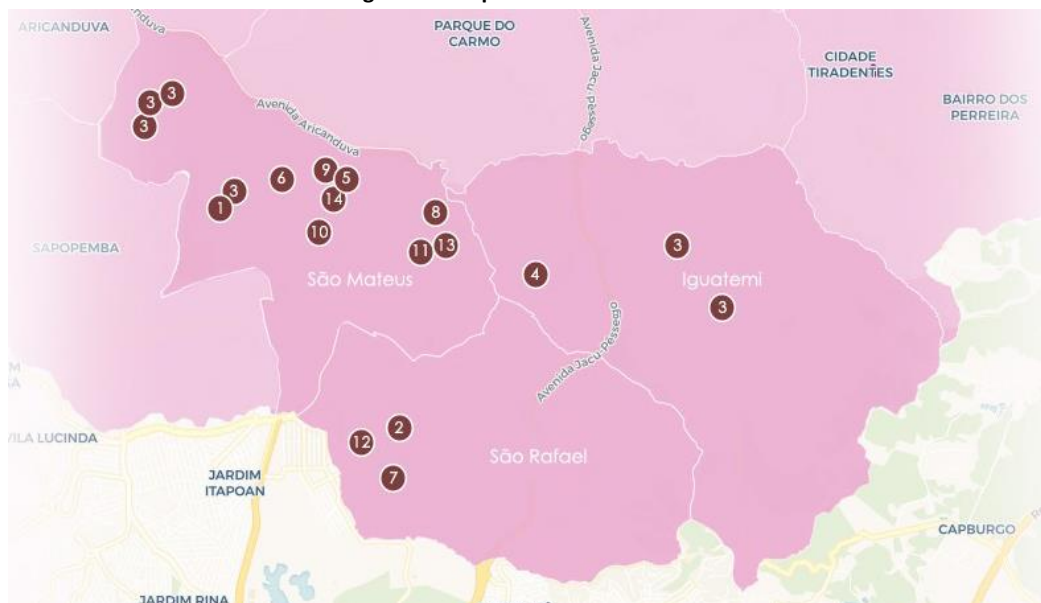
Fonte: Autora, acervo pessoal. Vista da galeria de grafitti a céu aberto, Vila Flávia – SP.

A partir do mapeamento de coletivos urbanos e ações táticas realizado pelo Grupo de Estudo CNPQ “Urbanismo na Era Digital”, pode-se apresentar um recorte da situação das atividades desenvolvidas na área estudo no momento de desenvolvimento deste artigo. Na Zona Leste de

⁷ Segundo informações publicadas no Jornal de Bairro Gazeta de São Mateus, a primeira experiência coletiva de reivindicação está ligada a associação de moradores “Voz da Colina”, datada do final da década de 1950. Através desta associação os moradores realizavam encontros e caminhadas afim de discutir e divulgar as reivindicações de melhorias em diversos setores da infraestrutura básica de São Mateus. Destaca-se também a influência da participação coletiva para emancipação da área estudo como distrito e, posteriormente, na tentativa de emancipação municipal.

São Paulo, foram mapeados cerca de quarenta coletivos que desenvolveram atividades significativas recentemente. Na área estudo, foram identificados quatorze coletivos.

Figura 2 – Mapeamento dos coletivos



Fonte: Elaboração própria com base nas informações do mapeamento realizado pelo grupo de pesquisa “Urbanismo na Era digital”. Dados disponíveis em <https://goo.gl/V5q14Y>.

Coletivos Mapeados	
1.	Casa de Cultura São Mateus
2.	Casa de Cultura São Rafael
3.	Cidade Sem Fome
4.	Cinemateus
5.	Clã Destino
6.	Coletores
7.	Força Cultural
8.	Mãe da Rua
9.	Odisseia das Flores
10.	OPNI
11.	Perifacine
12.	Rosas Periféricas
13.	Sankofa
14.	São Mateus em Movimento

Durante o mapeamento realizou-se uma categorização dos grupos dividindo-os sob três aspectos, sendo o primeiro deles, ‘tipos de organização’ (Figura 3). Este apresenta como objetivo a identificação da estrutura organizacional do grupo, entendendo como:

- Coletivos: grupos com ações específicas;
- Ponto de cultura: espaço cultural gerido por grupo oficializado pelo poder público;

- Ponto de cultura independente: espaço cultural gerido por grupo coletivo não oficializado pelo poder público.

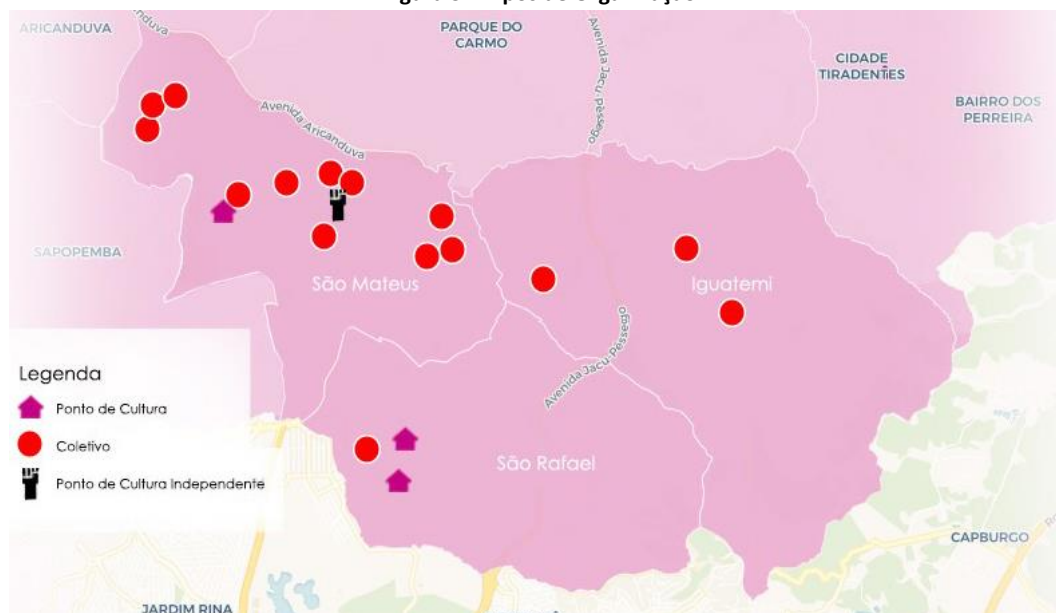
No segundo aspecto classificou-se suas ações (Figura 4) entre:

- Itinerantes: Ações desenvolvidas em diversos espaços;
- Fixos: Ação desenvolvida em espaço determinado.

No terceiro aspecto, buscou-se mensurar seus campos de atuação (Figura 5) dividindo-os entre:

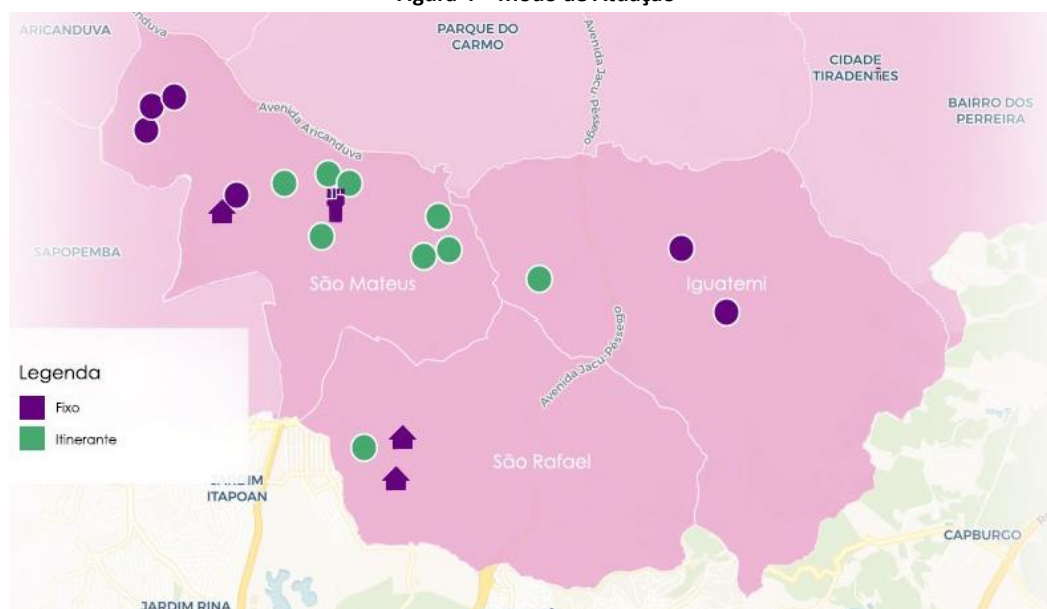
- Atividade Cultural;
- Música/teatro/literatura;
- Agricultura urbana;
- Artes Visuais/Graffiti;
- Fortalecimento da cultura periférica.

Figura 3 – Tipos de Organização



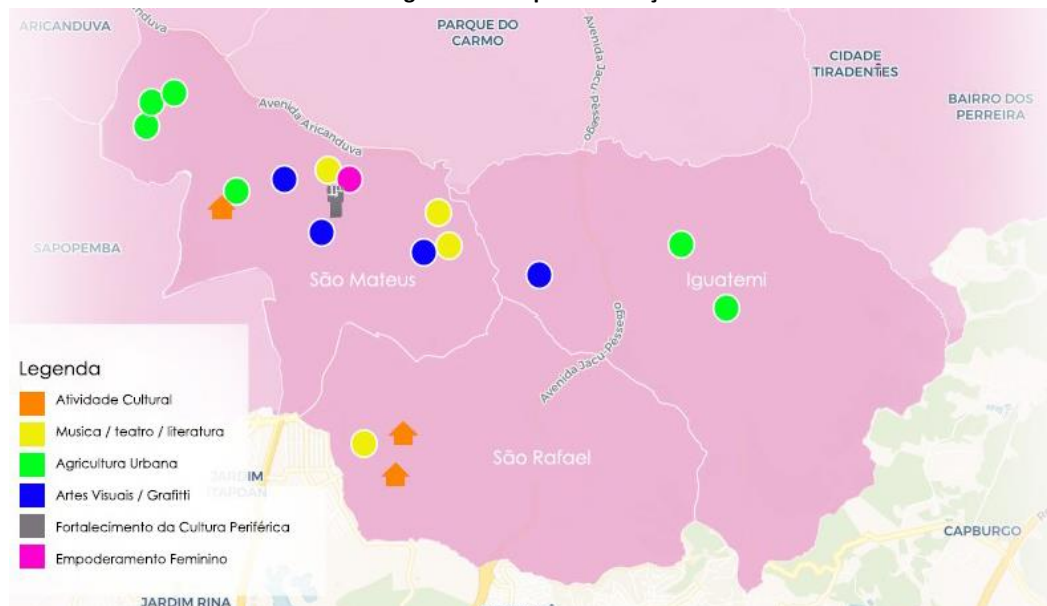
Fonte: Elaboração própria com base nas informações do mapeamento realizado pelo grupo de pesquisa "Urbanismo na Era digital". Dados disponíveis em <https://goo.gl/V5q14Y>.

Figura 4 – Modo de Atuação



Fonte: Elaboração própria com base nas informações do mapeamento realizado pelo grupo de pesquisa “Urbanismo na Era digital”. Dados disponíveis em <https://goo.gl/V5q14Y>.

Figura 5 – Campos de atuação



Fonte: Elaboração própria com base nas informações do mapeamento realizado pelo grupo de pesquisa “Urbanismo na Era digital”. Dados disponíveis em <https://goo.gl/V5q14Y>.

O desenvolvimento dessa metodologia de avaliação da microdinâmica dos coletivos urbanos considera o papel de alguns coletivos na constituição da rede tática, como o Coletivo São Mateus

em Movimento⁸ e a Casa de Cultura São Rafael⁹ que, no levantamento de dados, concentram as ações e os contatos com membros de outros coletivos. Pode-se entender, diante do mapeamento realizado, que as relações entre os coletivos se dão em diferentes intensidades e escala, favorecendo a constituição de uma rede que não possui pontos específicos de conexão, bem como a determinação de um ponto inicial ou final.

A constituição de uma rede tática revela-se como uma prática capaz de suscitar novos arranjos para a dinâmica da ordem democrática. Esses novos agenciamentos abrangem as novas ferramentas que se infiltram nos processos de desenvolvimento neoliberal, que atingem territórios de maior vulnerabilidade como a área estudo. Isso demonstra o potencial implícito dessas ações na transformação do território, na expansão da produção do comum, e por consequência na construção de novas formas de gerir o espaço urbano de maneira compartilhada e coletiva.

Se quisermos ultrapassar o neoliberalismo, abrindo uma alternativa positiva, temos de desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir das experimentações e das lutas do presente. O princípio do comum que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias a racionalidade neoliberal e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais (DARDOT; LAVAL, 2017, p.9).

Destaca-se que a organização política dos coletivos não se estrutura em formas fixas, mantendo suas relações abertas, considerando as singularidades de cada demanda e incorporando a multiplicidade de diferenças em seu processo. Desta forma é possível afirmar que esta organização se justapõe ao conceito de multidão estabelecido por Hardt e Negri (2005). Os autores propõem que multidão, diferente de ‘massa’ entendida como algo uniforme, e ‘povo’ como uma identidade, é composta de inúmeras diferenças internas, por isso, não é possível reduzi-la a uma identidade única. A multidão é um conceito aberto que atua em um mundo onde a produção em termos gerais, já não é percebida apenas em termos econômicos e sim de uma maneira mais ampla, apresentada como produção social, cuja composição abarca “a produção de comunicações, relações e formas de vida” (HARDT; NEGRI, 2005, p.13).

A multidão se organiza em torno dos eventos do momento, nos quais uma linguagem comum se expressa. Uma linguagem comum que nasce da indignação e do protesto, do cansaço de sempre se encontrar em situações que não têm saída. É exatamente como antes era com a classe operária. A multidão se organiza à base de paixões que caminham junto com a resistência e com tentativas de construções de uma perspectiva de uma nova via de solução dos problemas (NEGRI, 2014, n.p.).

⁸ Identificado no mapeamento como Ponto de Cultura Independente.

⁹ Identificado no mapeamento como Ponto de Cultura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado, podemos fomentar a discussão sobre a efetividade das ações táticas no planejamento urbano local e gestão do território, focando o contexto periférico. O papel dos atores envolvidos nestas ações é fundamental para entendermos sua lógica. Os ativistas periféricos executam uma espécie de mediação sobre seu território e o poder público, demonstrando sobre o cunho social como o direito a cultura, ao meio ambiente, e aos espaços públicos estão atrelados ao cotidiano periférico e aos seus indivíduos. Segundo Hardt e Negri, há uma relação direta entre formas de resistência em evolução e as transformações da produção econômica e social, ou seja, “em cada era, em outras palavras, verifica-se que o modelo de resistência mais eficaz tem a mesma forma que os modelos dominantes de produção econômica e social” (2005, p.103.)

Esse trabalho de conscientização se difere na periferia, pois torna-se notório o impacto social produzido, capaz de promover mudanças no território observados através da melhoria urbana conscientização política. Trata-se de uma prática que altera a dinâmica da ordem democrática e, por isso, suscita novos arranjos nas relações sociais e espaciais. A ação tática entra como uma medida mitigadora da vulnerabilidade existente e, no território periférico, as ações realizadas em curto prazo podem persistir na paisagem urbana por um longo prazo, tornando-se referências à outras práticas insurgentes, como vimos no do Distrito de São Mateus.

Observa-se também que corroborar uma estrutura legislativa que permita que estas ações tenham condições de manter-se financeiramente é uma questão crucial para a manutenção da ação tática periférica. Dentro da perspectiva neoliberal, é favorável ao Estado que as questões sociais ligadas a territórios de “baixa lucratividade” sejam supridas de outras formas. Nesse sentido, poderíamos então dizer que ação tática fortalece essa ausência do Estado. Contudo, como observado, as atividades táticas da periferia ainda permanecem bastante vinculadas aos editais de fomento promovidos pelo poder público, principalmente municipal e, por isso, não apresentam condições claras de se integrarem à cidade sem a presença do Estado.

Podemos citar como exemplo o caso do Orçamento Participativo implantado na cidade de Porto Alegre em 1989, e que foi reconhecido pela Conferência Habitat II da ONU como modelo de gestão local bem sucedida. Estas experiências coletivas provam que a ação tática pode ser considerada como ferramenta de um processo transformador que potencializa, dentro da sociedade, discussões que impulsionam a integração de novas dinâmicas para as políticas urbanas e para o planejamento local.

Ao observarmos o contexto dos coletivos da área de estudo, é possível identificar similaridades nos objetivos das ações táticas desenvolvidas por eles. Estas similaridades criam conexões entre as ações, resultando em um propósito comum. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que, através

do avanço dos meios de comunicação a rede tática se fortalece tanto na realidade virtual, com as redes sociais onde seus pares se encontram reforçando uma ideia ou propósito, como na realidade física, se materializando na própria utilização do espaço urbano, seja por ocupação fixa ou itinerante, como foi observado no mapeamento.

De acordo com Castells (2013), as conexões em rede podem se dar de diversas formas, incluindo redes preexistentes ou rede formadas durante ações ou conexões sejam elas virtuais, ou reais, on-line ou off-line, formando redes dentro de redes. Pode-se observar, nos coletivos, conexões que não são realizadas somente por um ponto fixo ou em uma única direção. Essas conexões podem ser consideradas como rizomas (Deleuze, 1997), que são estruturas flexíveis que em qualquer ponto pode ser conectado a outro, num esquema horizontal e não vertical.

Nos coletivos observados, percebe-se que a coalizão dos interesses de indivíduos envolvidos nas ações táticas cria aberturas que podem ser consideradas ramificações na leitura da rede tática. Elas vinculam novos atores e ações a coletivos que detém uma maior estabilidade como os pontos de cultura. Para entender a estruturação dessa rede, estuda-se a concepção de uma proposta metodológica que seja capaz de analisar as relações constituídas pela rede de ação tática observada dentro do território de estudo, analisando seus atores, condições e contexto. Diante do exposto buscou-se reforçar o papel da ação tática em relação à gestão territorial do Distrito analisado, observando então, a partir deste estudo, a ação tática como meio de enfrentar as problemáticas urbanas herdadas da racionalidade neoliberal. Através de suas bases de intervenção social, política e territorial buscou-se demonstrar a ação tática como ferramenta efetivamente utilizável na composição dos atuais modos de gerir e intervir nas cidades, dando ênfase ao contexto e atividades desenvolvidas no território periférico de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando conceitos. Petrópolis; Vozes, 2002.

BRENNER, Neil. **Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?** Revista E-Metrópolis, ano 07, nº 27, 2016. Disponível em: <<http://emetropolis.net/edicao/n27>>. Acesso em 01-11-2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da Administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**. Ano 47, vol. 12, n. 1, Jan-Abr. 1996. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702/550>. Acessado em 30/06/2018.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Redes de Indignação e Esperança**: Movimentos Sociais na era da internet. 1ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.



_____. **Comum**: ensaio sobre a revolução do século XXI. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. 1995-1997. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34. 715 pp.

Estatuto da Cidade. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p.

FERNANDES, E. **Estatuto da cidade**: mais de 10 anos depois. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.212-233, jan./jun. 2013

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997. 382p

_____, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos Sociais na era Global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005. 530p.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento**: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, n. 39, p.48-64, 1996.

_____. **Cidades Rebeldes**: Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil, 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JACQUES, Paola B. Microrresistências urbanas: Por um urbanismo incorporado. In: ROSA, Marcos L. **Microplanejamento Urbano**: Práticas Urbanas Criativas. São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **Tactical Urbanism**. Washington: Island Press, 2000.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MAZIVIERO, Maria Carolina. **Urbanismo insurgente: modo alternativo de produção e apropriação de espaços públicos na periferia de São Paulo**. The 17th International Planning History Society Conference - Delft, July 2016.

NEGRI, A. É a multidão que comanda a história. In: **Jornal Zero Hora**, Caderno Proa, 2014. <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/06/antonio-negri-e-a-multidaoque-comanda-a-historia-4520222.html>. Acessado em 28 out. 2018.

PETRESCU, Javier Vergara. Qué es el Urbanismo Táctico? In: STEFFENS, Kurt; et al. **Urbanismo Táctico 3**: Casos Latinoamericanos. Ciudad Emergente. 2013. p.13-17. Disponível em: https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/ut_vol3_2013_0528_17. Acessado em: 15 abr. 2017.

ROSA, Marcos Leite (Org.). *Micro planejamento: práticas urbanas criativas*. São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo. 3 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

VAINER, Carlos B. Quando a cidade vai às ruas In: MARICATO, E. et al. (Org.). **Cidades rebeldes**: passe livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 35-40